



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

### ATA Nº 02/2023

#### RELATIVA À SEGUNDA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE FEVEREIRO, DO CORRENTE ANO, DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE, REALIZADA NO DIA SEIS DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS - Quadriênio 2021-2025

No dia seis de março de dois mil e vinte e três, no salão nobre do edifício dos Paços do Município de Benavente, realizou-se a segunda reunião da sessão ordinária de fevereiro, do corrente ano, da Assembleia Municipal de Benavente, relativa ao quadriênio de dois mil e vinte e um a dois mil e vinte e cinco, com a seguinte Ordem do Dia:

**PONTO 2 (após reordenação) – PROPOSTA DE APROVAÇÃO DOS MAPAS “DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA” E “DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL”** – Apreciação e eventual aprovação, nos termos do disposto no artigo 81.º da Lei n.º 24-D/2022 de 30/12 (Orçamento do Estado/2023) e do n.º 6 do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013 de 03/09, em conjugação com a alínea k) do n.º 2, do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/09, nas suas redações vigentes;

**PONTO 3 (após reordenação) - 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2023 / PROPOSTA** – Discussão e eventual aprovação, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação vigente;

**PONTO 4 (após reordenação) - PROPOSTA DE ADITAMENTO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE BENAVENTE NA CIMLT, NO ÂMBITO DO REGIME JURÍDICO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS** – Apreciação da Proposta e tomada de deliberação, nos termos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação vigente;

**PONTO 5 (após reordenação) - PROPOSTA DE ADITAMENTO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE BENAVENTE NA CIMLT, NO ÂMBITO DOS PROCEDIMENTOS CONTRAORDENACIONAIS RODOVIÁRIOS, EM MATÉRIA DE ESTACIONAMENTO NAS VIAS E ESPAÇOS PÚBLICOS SOB JURISDIÇÃO MUNICIPAL, PARA ALÉM DOS DESTINADOS A PARQUES OU ZONAS DE ESTACIONAMENTO** – Apreciação da Proposta e tomada de deliberação, nos termos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação vigente;

**PONTO 6 – INFORMAÇÃO A PRESTAR NO ÂMBITO DA AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS E DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O MESMO EFEITO** – A conhecimento;

**PONTO 7 – ACOMPANHAMENTO DA ATIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Apreciação de uma informação escrita do sr. Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação vigente.

**PONTO 8 – ACOMPANHAMENTO DA ATIVIDADE DAS COMISSÕES ESPECÍFICAS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Apreciação dos relatórios de atividade do ano transato, nos termos do n.º 4 do art.º 72.º do Regimento.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Verificou-se a presença dos seguintes eleitos: - Mário Rui Filipe Santos, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Maria Gertrudes de Oliveira Borracha Pardão, Primeira Secretária da Mesa, José Duarte Salgueiro, Segundo Secretário da Mesa, Irina Noel Matias Batista, Mário Jorge Campos Pereira, António Paulo Ramos dos Reis, Joaquim Correia Castanheiro, Inês Branco de Almeida Vieira Correia, Presidente da Junta de Freguesia de Benavente e Augusto José Ferreira Marques, Presidente da Junta de Freguesia de Samora Correia, todos em representação da CDU-Coligação Democrática Unitária; - Ricardo Alexandre Frade de Oliveira, Cristina Maria de Carvalho Borges da Silva Branco, Rui Carlos Carvalho Feijoca, Nádia Isabel Pernes da Silva Matos, Armando Batista de Almeida e Nelson Alexandre da Silva Norte, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estevão, todos em representação do PPD/PSD-Partido Social Democrata; - António José Rabaça Silva Ribeiro, Cláudia Sofia Gordo Martins, Pedro Alexandre Santos Gameiro, António Manuel Quaresma Serrano Galveia e Ana Margarida da Silva Fonseca, Presidente da Junta de Freguesia da Barrosa, todos em representação do PS-Partido Socialista; - Cristina Isabel Gonçalves Vicente Brandão e Paulo Alexandre Fonseca Cardoso, em representação do Partido CHEGA; - Bruno Manuel Soares Nepomuceno, em representação única da CIMB-Candidatura Independente pelo Município de Benavente.

Justificou a ausência a eleita Dora Isabel Lúcio Morgado, do Grupo Municipal do PSD, substituída por Maria da Graça Oliveira Nobre Vicente. Faltou, igualmente, o eleito João Amândio Cação da Cruz, do Grupo Municipal do CHEGA, que não foi substituído.

A esta sessão compareceu, igualmente, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Carlos António Pinto Coutinho, e os srs. Vereadores Fátima Catarina Gândara Gonçalves Costa Pinheiro do Vale e Hélio Manuel Faria Justino, em representação da CDU, José Manuel Valente Nunes Azevedo, em representação do PS, Sónia Patrícia da Silva Ferreira Quintino e Luís Miguel Neves Feitor, em representação do PSD.

Depois de confirmar a existência de quórum, **o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** declarou aberta a sessão pelas **vinte horas e quarenta minutos**, com a presença de **vinte e quatro eleitos**.

Iniciou os trabalhos, cumprimentando todos os presentes, assim como todos os que seguiam a emissão através das plataformas digitais. Alertou para a necessidade de ser assinado o Livro de Ponto e recordou que, na última reunião de vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e três, depois de concluídos os Períodos de Intervenção do Público e de Antes da Ordem do Dia, uma vez que se aproximavam as zero horas, tinha sido deliberado proceder-se à reordenação dos Pontos da Ordem do Dia, de forma a permitir avançar com a discussão, votação e subsequente aprovação da minuta da deliberação, relativa ao Ponto número um (anterior Ponto número cinco) atento o seu carácter de decisão urgente, de acordo com a explicação que foi transmitida, na altura, ao plenário de eleitos. Foi, igualmente, deliberado proceder à **continuação dos trabalhos em segunda reunião, da presente sessão**, nos termos do artigo número quarenta e seis da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua redação vigente, por não se mostrar previsível que a Ordem de Trabalhos ficasse concluída no período de uma hora, para além das zero horas, em linha com o preceito regimental, número dois do artigo número trinta.

Deu início ao PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

**PONTO 2** (após reordenação) – **PROPOSTA DE APROVAÇÃO DOS MAPAS “DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA” E “DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL”** – Apreciação e



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

eventual aprovação, nos termos do disposto no artigo 81.º da Lei n.º 24-D/2022 de 30/12 (Orçamento do Estado/2023) e do n.º 6 do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013 de 03/09, em conjugação com a alínea k) do n.º 2, do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/09, nas suas redações vigentes:

A abrir a sua intervenção, o **sr. Presidente da Câmara Municipal** explicou que o assunto deveria ter sido agendado, apenas, para conhecimento do órgão deliberativo e não para votação, tendo em conta a competência própria que a Câmara Municipal detinha para decidir sobre o mesmo.

Explicou que o documento **traduzia o resultado do exercício de 2022**, num valor de saldo final de **8.271.117,15 euros**, a ser **introduzido na 1ª Revisão ao Orçamento de 2023**, em conformidade legal com o Orçamento do Estado, que permite a aprovação dos fluxos de caixa e a integração do saldo, antes da apreciação da Conta de Gerência.

Aberto o debate para a sua discussão, foi levantada a questão se não haveria lugar à votação do Ponto. **O senhor Presidente da Assembleia Municipal** reafirmou a explicação dada pelo sr. Presidente da Câmara Municipal de que a votação seria dispensável, atenta a competência legal da Câmara Municipal sobre a matéria, tendo apenas como objetivo o seu conhecimento à Assembleia Municipal. Confirmou o lapso na forma como tinha sido feito o agendamento, devolvendo ao plenário a necessidade do ponto ser votado, ou não, para que não subsistissem quaisquer dúvidas sobre o procedimento em causa. Não houve comentários, nem objeções por parte dos senhores eleitos, pelo que a **Assembleia Municipal tomou conhecimento do conteúdo do Ponto número dois: PROPOSTA DE APROVAÇÃO DOS MAPAS "DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA" E "DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL"**.

**PONTO 3 (após reordenação) – 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2023 / PROPOSTA** – Discussão e eventual aprovação, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação vigente:

**O sr. Presidente da Câmara Municipal** especificou que a base do Ponto era a introdução em Orçamento de algumas receitas, nomeadamente, de uma verba de cerca de **800.000 euros**, numa 1ª fase, em relação à **ELH-Estratégia Local de Habitação**, cujo processo de seleção de gabinetes, efetuada no âmbito da CIMLT, tinha ficado concluída no final de janeiro, abrindo condições para o lançamento de diversos concursos, através de ajuste direto, assim como de um valor de **23.616 euros**, destinado a financiar o projeto de elaboração da ELH, recentemente aprovado.

Referiu que a Revisão em apreço aumenta o orçamento em **9.144.734,15 euros**, e que dos **8.864.000 euros não definidos inicialmente, 7.134.000 euros** são, agora, cobertos pelo saldo inserido, sendo que subsistem **1.550.000 euros**, por definir.

Deu nota, ainda, de um **reforço de verbas no valor percentual de 5%, a atribuir às coletividades e associações, da área cultural e desportiva, e às IPSS**, devido à necessidade de se continuar a prestar apoios excecionais às coletividades e associações na realização das suas festas tradicionais, que se viram desprovidas das habituais receitas angariadas, por via dos efeitos da Pandemia, tendo a autarquia decidido prestar um apoio pontual para poderem requisitar um artista por cada festa associada. No entanto, vieram a verificar-se algumas dificuldades financeiras na sua contratação, trazidas pelo aumento da procura, que se refletiram no preço dos cachês, o que moveu a autarquia a querer continuar a prestar esse apoio.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Relevou, igualmente, o **apoio às duas corporações de bombeiros do Município**, que não podem estar associadas a situações de instabilidade financeira, atento os fins que prosseguem. Nesse sentido, a Câmara Municipal irá apoiar a de Benavente, para que possa suportar algumas obras no seu quartel, provocadas pelos efeitos da intempérie, a que juntará o **reforço do apoio ordinário às duas corporações**, a incluir numa proposta que irá ser apresentada ao órgão Executivo, ficando desde logo incluída na Revisão em discussão.

Por último, observou que, devido à ocorrência de alguns imprevistos, como são os casos, entre outros, da demora do visto do Tribunal de Contas, relativamente à aquisição do complexo da Murteira, o qual foi rececionado, apenas, em janeiro do corrente ano, das penhoras que recaíram sobre as empreitadas de substituição dos relvados dos campos de futebol da Murteira e dos Camarinhais, não puderam ser liquidados um conjunto de compromissos, cujos montantes acabaram por influenciar o valor final da gerência de 2022.

Para a discussão, inscreveram-se os eleitos **Ricardo Oliveira e Paulo Cardoso**.

O eleito **Ricardo Oliveira**, após os cumprimentos habituais, deu a conhecer o que resultava da sua interpretação: recordou que já no ano anterior, na discussão do mesmo documento, o Grupo Municipal do PSD tinha destacado o elevado valor do saldo de gerência que iria transitar, que revelava uma evidente falta de capacidade de execução, com tendência a vir aumentar, tendo sido "zombado" por o ter afirmado. Contudo, confrontado com a avaliação atual, veio a constatar aquilo que, na altura, previu, **o aumento do valor do saldo a transitar de ano, como também, se dá continuidade a tudo aquilo que estava por executar**.

Comparativamente a outros Municípios do País, que passaram pelos mesmos efeitos da crise Pandémica e do Pós-crise, que demonstraram capacidade técnica para acompanhar os processos, obtendo melhores resultados de execução orçamental, outros, como Benavente, não conseguem concretizar os seus objetivos, com níveis baixos de execução orçamental, tendencialmente a aumentar, de ano para ano, o que, em seu entender, é um sinal indicador das dificuldades sérias com que se debate em executar o seu orçamento. Tudo isso, resulta, não só de fatores externos, a que não é alheio, mas, também, de fatores internos, que indiciam a falta de capacidade da Câmara Municipal de prever os problemas e de antecipar a sua resolução, naquilo que é a execução do que fica por fazer.

Nesse cenário, onde consta um saldo de cerca de **8.000.000 de euros** que transita de 2022 para 2023, que tem vindo a aumentar de ano para ano, questionou que perspectivas tem a Câmara Municipal de executar o seu orçamento até 31 de dezembro do corrente ano, de forma a se poder perceber se irá ou não conseguir reverter a tendência de melhorar os seus níveis de execução orçamental.

Seguiu-se o eleito **Paulo Cardoso**. Depois das saudações habituais, mostrou-se surpreso pelas **verbas inscritas em orçamento para a obra de requalificação do Rancho Saia Rodada**, mencionando que, no de 2022, com **400.000 euros**, no de 2023, com **530.000 euros** e na Revisão, surge novamente com **371.000 euros**, mas, com previsão de execução em 2024. Pediu esclarecimentos sobre um investimento, que tem vindo a ser sucessivamente protelado, de ano para ano.

No período de esclarecimentos, o **sr. Presidente da Câmara Municipal** referiu, tendo por base o valor do saldo de **8.864.000 euros**, que a receita, em termos legais, resulta do cálculo aritmético dos 24 meses antecedentes à data de elaboração do Orçamento, não podendo ser inscritas mais verbas, que as



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

previstas. Em face disso, deu-se uma subida da receita de impostos do IMT, em cerca de **2.700.000 euros**, que só poderiam ser introduzidos no orçamento, caso se viesse a verificar um nível de execução de 100%. sendo essa a regra orçamental. Nesse quadro, não sendo possível inscrever essa verba no Orçamento, a mesma transforma-se, automaticamente, em saldo.

No seguimento daquilo que já tinha explicado anteriormente, de que **no final de 2022, tinha havido um conjunto de compromissos que não puderam ter sido liquidados**, adicionou a verba inscrita para a obra de requalificação do Museu Municipal, no valor de **1.117.000 euros**, devido às vicissitudes conhecidas por que tem passado, a verba de **280.000 euros**, inscrita para a Revisão de Preços da obra da Azinhaga do Contador, assim como as verbas resultantes do protocolo com a Companhia das Lezírias, cujo atraso no visto do tribunal de Contas, obstou à liquidação de **250.000 euros**. Referiu, também, a penhora que recaiu sobre o empreiteiro da obra do arrelvamento dos dois campos de futebol, que impediu o pagamento de **290.000 euros**, totalizando o montante de cerca de **5.000.000 de euros**, valor que a retirar do saldo de **8.864.000 euros**, daria um saldo dito "normal" de cerca de **3.000.000 de euros**, tenda em conta que todos os outros investimentos foram executados.

Voltando à **receita proveniente do IMT**, expressou a opinião de que se trata de um sinal da vitalidade do Município, resultante do seu desenvolvimento, da localização de empresas, da venda de empresas, da venda de habitação, explicando que dos cerca de **6.000.000 de euros** inscritos, se fossem recebidos 10 milhões, ficariam eventualmente, cerca de **4.000.000 de euros**. Antecipou que durante o mês de janeiro passado, em termos de transações, se tinham arrecadado receitas no valor de cerca de **2.000.000 de euros**, ainda que houvesse uma certa apreensão quanto ao comportamento dessa receita, tendo em conta a sua oscilação face a determinados fatores, como a crise económica que tem tido lugar.

Quanto à **execução para 2023**, excetuando a imprevisibilidade da questão dos impostos e a impossibilidade de liquidação de todas as contas, como os combustíveis, a energia elétrica, entre outros, cuja faturação poderá não ser feita atempadamente, mas que tem de estar cabimentada, originando a que todo o valor não pago, se venha a transformar em saldo, tem a expectativa de chegar ao final do ano com uma taxa de execução significativa, com reflexos na diminuição do saldo e confortável, à medida do valor do orçamento municipal. Reforçou, ainda, que por força dos projetos em carteira e dos concursos de dimensão considerável que estão a decorrer, não lhe restam dúvidas que, se tudo correr de acordo com as expectativas, o saldo final será bem menor do que o atual. Acentuou, no entanto, que sendo o valor do saldo de cerca de **8.000.000 de euros**, dos quais **5.000.000 de euros** teve a oportunidade de justificar, daria um valor, considerado aceitável, de cerca de **3.000.000 de euros**.

Em relação às dúvidas suscitadas pelo eleito **Paulo Cardoso**, sublinhou o avanço de procedimentos em relação à obra do "Saia Rodada", dos arranjos e da Praça central no troço urbano da EN 118-1, em Santo Estevão, assim como os arranjos junto ao Tribunal e ao centro cultural, em Benavente, cujos concursos se encontram em fase de entrega de propostas. Apontou, no entanto, determinados condicionalismos que revestem esses processos, que incluem a parte burocrática administrativa e técnica e outros, que muitas das vezes limitam o desenvolvimento normal das diversas fases processuais por que passam, como o exemplo de Santo Estevão, cuja obra não poderá ser iniciada antes do período das festas, em setembro.

No que diz respeito à **obra de requalificação da sede do Rancho Saia Rodada, de Benavente**, segundo os cálculos dos técnicos, considerou-se a verba citada, que transita para 2024, na eventualidade



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

de vir a ser necessário algum ajuste, que poderá ser ditado pela abertura das propostas. A previsão da duração da obra é de cerca de 6 a 7 meses, se não houver reclamações ou atrasos com o “visto” do Tribunal de Contas, constituindo procedimentos burocráticos exigentes, que se têm de respeitar, mas que levam ao atraso das obras e à consequente diminuição das taxas de execução.

O eleito **Paulo Cardoso** voltou a referir-se aos diversos valores considerados em orçamento, destinados a essa obra, anteriormente, de **530.000 euros**, e atualmente, na Revisão, de **371.000 euros**, insistindo em saber qual era o valor concreto da empreitada.

Em resposta, **o sr. Presidente da Câmara Municipal** afirmou que o exemplo configurava aquilo que resulta das regras da Contabilidade Pública. Detalhou que existe um cabimento no valor de **530.000 euros**, sendo certo que os cabimentos não podem ser alterados, sem estarem devidamente dotados de verbas. Quando se colocam **371.000 euros** em 2024, é somente porque só após a aprovação da Revisão, é possível alterar o respetivo cabimento, o que significa que, em 2023, dessa verba vão ficar disponíveis mais esses valores, que servirão, por sua vez, para reforçar as rúbricas utilizadas aquando da alteração orçamental de janeiro último, no valor de cerca de **2.000.000 de euros**. Detalhou, ainda, que esse montante corresponde a verbas que estavam executadas, mas não liquidadas, tendo-se recorrido a algumas rúbricas com disponibilidade para o efeito que, com a Revisão, terão de ser repostas, naquilo que é a boa execução orçamental. Deu nota que a situação tanto é válida para a obra do “Saia Rodada”, como para as outras três já referidas.

Feitos os esclarecimentos devidos, avançou-se para a votação do **Ponto número três: 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2023 / PROPOSTA**, que foi **aprovada por maioria**, com quinze votos a favor, sendo nove da CDU, cinco do PS e um da CIMB, e nove abstenções, sendo sete do PSD e duas do CHEGA.

**PONTO 4 (após reordenação) – PROPOSTA DE ADITAMENTO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE BENAVENTE NA CIMLT, NO ÂMBITO DO REGIME JURÍDICO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS** – Apreciação da Proposta e tomada de deliberação, nos termos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação vigente:

Na apresentação do Ponto, **o sr. Presidente da Câmara Municipal** lembrou que a competência do transporte público de passageiros tinha sido remetida para as Câmaras Municipais que, por sua vez, a delegou na CIMLT, na sua totalidade, incluindo os investimentos em infraestruturas, nomeadamente, abrigos de passageiros, assim como a necessidade de todos os municípios terem de ser consultados, em caso de alterações às carreiras, propostas pelos operadores. Depois do processo ser avaliado, no âmbito da CIMLT, foi decidido que as Câmaras Municipais irão voltar a ser responsáveis pelos abrigos de passageiros e que de forma a agilizar e a tornar o procedimento mais rápido, passam a ser consultados, somente, os municípios que tenham interferência territorial no percurso da respetiva carreira.

Para o debate, inscreveu-se o eleito **Rui Feijoca**. Tendo em conta que se encontra cabimentada uma verba para o avanço desse projeto, quis saber quais as perspetivas que se avizinham para a sua entrada em funcionamento.

No uso da palavra, **o sr. Presidente da Câmara Municipal** transmitiu que a fase de lançamento do respetivo concurso, se encontra numa situação precária, que urge ultrapassar de forma rápida. No âmbito



*[Handwritten signature]*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

da CIMLT decorrem démarches, nomeadamente, para a constituição da empresa, estando já definida a verba que cabe ao Município de Benavente compartilhar. Aguarda que, em abril próximo, possa ser subscrito o capital pelos municípios associados e aprovada nas Assembleias Municipais respetivas a criação da empresa, por forma a que todos os procedimentos decorrentes possam prosseguir até ao arranque final do projeto, previsto para 2024. Complementarmente, informou que decorrem reuniões de trabalho para a aquisição de autocarros e de outros equipamentos. Assinalou, ainda, que o movimento de queixas tem sido constante, por parte dos utentes, face ao deficiente serviço que continua a ser prestado, ao nível do incumprimento de horários e das más condições dos veículos. Reconhece a necessidade urgente do novo serviço começar a funcionar, com o objetivo de melhorar significativamente aquilo que considera como fundamental: a criação de uma rede de transportes públicos que possa ser atrativa, eficaz, e que sirva de alternativa ao transporte individual, considerado muito mais impactante, quer em termos financeiros, quer ambientais.

Terminado o debate, passou-se à votação do **Ponto número quatro**: PROPOSTA DE ADITAMENTO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE BENAVENTE NA CIMLT, NO ÂMBITO DO REGIME JURÍDICO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, **que foi aprovado, por unanimidade.**

**PONTO 5** (após reordenação) – **PROPOSTA DE ADITAMENTO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE BENAVENTE NA CIMLT, NO ÂMBITO DOS PROCEDIMENTOS CONTRAORDENACIONAIS RODOVIÁRIOS, EM MATÉRIA DE ESTACIONAMENTO NAS VIAS E ESPAÇOS PÚBLICOS SOB JURISDIÇÃO MUNICIPAL, PARA ALÉM DOS DESTINADOS A PARQUES OU ZONAS DE ESTACIONAMENTO** —  
Apreciação da Proposta e tomada de deliberação, nos termos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação vigente:

No enquadramento da matéria, **o sr. Presidente da Câmara Municipal** avivou que tinha sido delegada pelos Municípios, na CIMLT, as competências no âmbito dos procedimentos contraordenacionais rodoviários, exceto na aplicação de coimas e custas, em matéria de estacionamento nas vias e espaços públicos sob jurisdição municipal, para além dos destinados a parques ou zonas de estacionamento, devido à existência de um vazio na Lei que a cobrisse legalmente. Esse preenchimento veio a acontecer, agora, através da publicação da Lei n.º 76/2022, de 31/10, permitindo o alargamento dessas competências na CIMLT, de acordo com a proposta da Câmara Municipal.

Ninguém pretendeu inscrever-se na discussão, pelo que se passou de imediato à votação do **Ponto número cinco**: PROPOSTA DE ADITAMENTO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE BENAVENTE NA CIMLT, NO ÂMBITO DOS PROCEDIMENTOS CONTRAORDENACIONAIS RODOVIÁRIOS, EM MATÉRIA DE ESTACIONAMENTO NAS VIAS E ESPAÇOS PÚBLICOS SOB JURISDIÇÃO MUNICIPAL, PARA ALÉM DOS DESTINADOS A PARQUES OU ZONAS DE ESTACIONAMENTO, **que foi aprovada, por unanimidade.**

**PONTO 6 – INFORMAÇÃO A PRESTAR NO ÂMBITO DA AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS E DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O MESMO EFEITO** – A conhecimento:



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

O sr. **Presidente da Câmara** reafirmou que se trata de um compromisso legal a que a Câmara Municipal tem de dar cumprimento, em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal. Pormenorizou que a informação, desta vez, era mais extensa, devido ao facto de incluir todos os compromissos plurianuais que transitaram de dezembro de 2022 para o orçamento de 2023, para além de todos aqueles que foram praticados no período que mediou entre a última sessão de dezembro e a data da informação em apreciação.

Não houve inscrições para a sua discussão, pelo que **a Assembleia Municipal tomou conhecimento da informação em causa.**

**PONTO 7 – ACOMPANHAMENTO DA ATIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Apreciação de uma informação escrita do sr. Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação vigente:

Para além do referido no Relatório distribuído, **o sr. Presidente da Câmara Municipal** disponibilizou-se para prestar os esclarecimentos considerados necessários.

Inscreveram-se para intervir os eleitos: **Ricardo Oliveira, António José Rabaça e Paulo Cardoso.**

O eleito **Ricardo Oliveira** colocou três questões ao líder do Executivo:

Na primeira, referiu-se à **ELH-Estratégia Local de Habitação**. No contexto das abordagens anteriores ao assunto, perguntou que perspetivas se preveem para o desenrolar do Programa, atenta a sua aprovação há cerca de um ano, com calendarização de objetivos definidos e com expectativas criadas junto da população, que não se vislumbram no terreno. Perguntou, ainda, em que ponto se encontrava a candidatura ao financiamento por parte do IHRU-Instituto de Habitação e de Reabilitação Urbana, tendo em conta que o próprio Governo antecipa dificuldades na concretização do projeto, a nível nacional, até final de 2024;

Na segunda, reportou-se à **obra da Estrada D`el Rei**, matéria que tinha sido amplamente abordada na reunião da Câmara Municipal, realizada nesse dia. Reconhece que o problema criado foi causado pela situação de intempérie ocorrida, não tendo dúvidas que cria maiores dificuldades à população do Município de Salvaterra de Magos, do que Benavente. No entanto, como o local se situa na área territorial do Município de Benavente, cabe à Câmara Municipal resolvê-lo.

Nesse quadro, mencionou a existência de mecanismos legais de exceção que dão cobertura a esse tipo de ocorrências, permitindo avançar de forma rápida para os arranjos devidos, quando estão em causa **graves prejuízos para as populações**. Na sua opinião, a Câmara Municipal, ao contrário do que seria previsto, não usou a esses meios para resolver o problema de forma célere, que a situação exigia. Tem conhecimento que existe um concurso lançado para a execução do pontão, mas não compreende que razões levaram a autarquia a não recorrer desses meios legais ao seu dispor, de forma a permitir efetuar a obra num prazo mais curto, ultrapassando os constrangimentos que têm afetado o quotidiano dos utilizadores da via.

Quanto à terceira e última questão, falou sobre a obra prevista da **Casa Mortuária de Benavente**. Salientou que tem sido um tema que acompanha desde que exerceu as funções de Vereador na Câmara Municipal, tendo sido, a exemplo do tema anterior, aflorado na reunião do Executivo que teve lugar nesse mesmo dia. Da discussão havida em torno do tema, ressaltou-lhe a dúvida quanto à uniformidade de opiniões da Vereação da CDU e do PS. A necessidade da obra não levanta dúvidas a ninguém, contudo,





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

acha que se tem perdido muito tempo na definição do local da obra, atribuindo culpas ao Executivo atual, que com as suas maiorias absolutas, à exceção da atual, que alia a CDU com o PS, tem governado o Município, desde há 40 anos atrás.

Existe uma sugestão de localização por parte da Junta de Freguesia de Benavente, face à qual a Câmara Municipal não tinha, ainda, emitido uma opinião convincente, acabando, passado uns meses, por aceitar essa sugestão, passando “*por cima*” da proposta apresentada, na altura, pelo PSD, que incluía a possibilidade de uma reunião conjunta com a própria Junta de Freguesia, com o propósito de explicar e de defender os objetivos da sua proposta, perante todos os eleitos. Do modo como conduziu o processo, considera que a Câmara Municipal forçou o encontro de uma via de solução, que envolve gastos, não se sabendo ao certo se é o melhor caminho que serve os interesses da população.

Antes de terminar, advogou que no concelho de Benavente predominam vários equipamentos que, depois de concluídos, veem “*o seu prazo de validade*” expirado, por ficarem ultrapassadas no tempo, o que, a seu ver, revela falta de escrutínio e de reflexão estratégica. Esse desígnio entronca com a obra em causa, tendo em conta que se trata de um equipamento comunitário, que deveria contemplar instalações condignas, para o fim a que se destina. O PSD receia que se esteja a pensar numa opção, para ser projetada em frente ao cemitério atual, questionável por causa da sua traça arquitetónica, que force a construção de um equipamento municipal que, mais tarde, venha a levantar questões quanto à sua pequena dimensão, não servindo os objetivos a que se destina. No seu entender, poder-se-ia optar pela construção de um complexo funerário, de localização periférica, com mais espaço e com mais estacionamento.

Considera que deveria haver uma reflexão conjunta entre todos, com horizontes de futuro, que ajudaria a enriquecer o projeto, acolhendo a maior unanimidade possível, devendo-se aproveitar a disponibilidade das forças políticas, para tal. Nesse sentido, face a um processo que se caracteriza por não haver ainda uniformidade de opiniões, deixou a sugestão de se vir a realizar uma reunião conjunta com a Junta de Freguesia de Benavente, já referida anteriormente, por via da qual poderiam ser estudadas outras opções, sobre as quais recairiam as decisões finais e políticas, assumindo-se a responsabilidade dessa escolha, num cenário de discussão conjunta, em prol de uma infraestrutura de futuro, que melhor sirva as pessoas e que melhor aproveite os recursos públicos financeiros.

Seguiu-se a intervenção do eleito **António José Rabaça**. Após as habituais saudações, reconheceu o sr. Presidente da Câmara Municipal como sendo “*um bom contador de histórias*”, acusando-o de não lhe ter respondido a duas questões colocadas no decorrer da última sessão, que aproveitou para repetir: - **se se confirmava a existência ou não de um Plano Municipal de Turismo**, de âmbito municipal, não da Região de Turismo que, a existir, deverá ter cerca de 10 anos, desde o início do seu primeiro mandato – **qual a razão para não existir um Plano de Turismo** com objetivos, com planeamento das ações turísticas, que atraia as pessoas a conhecer os locais de interesse do Município, com um grupo alvo a que se destina e com metas concretizáveis, que não assente apenas no Festival do Arroz Carolino.

A propósito do stand do Município no espaço da BTL, sugeriu que se fizesse a publicitação de outros eventos que acontecem regularmente no concelho, que não só o Festival do Arroz Carolino, como a Sardinha Assada, em Benavente, a Semana Taurina, em Samora Correia, as Festas Religiosas, as Tasquinhas, entre outros. Reportou, ainda, como exemplo comparativo, a cidade espanhola de Olivença, com cerca de 11.000 habitantes, ou seja, um terço dos habitantes do Município de Benavente, onde é distribuído aos visitantes um folheto com cerca de 30 pontos de interesse a visitar, tendo questionado se o mesmo não poderia ser replicado pela autarquia, em Benavente.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

O eleito **Paulo Cardoso** deu continuidade ao tema abordado, anteriormente, pelo eleito Ricardo Oliveira, a **construção da Casa Mortuária de Benavente**. Como membro que é, também, da Assembleia de Freguesia de Benavente, anotou que já tinha tido a ocasião de transmitir à sra. Presidente da Junta de Freguesia de Benavente o seu desagrado pelas **más condições existentes no Cemitério de Benavente**, tendo, de igual modo, feito sentir as condições menos dignas que são prestadas pela **Casa Mortuária de Benavente**.

Sublinhou que, para **Samora Correia**, estava prevista a construção de um cemitério de raiz, com um custo orçado em cerca de **372.000 euros**, perguntando se não seria mais exequível optar-se pela mesma solução em Benavente, incluindo uma Casa Mortuária, sem ser forçosamente necessário ficar dentro da vila, podendo-o ser na periferia. Na altura, lembra-se de ter alertado para o facto do cemitério, parte sul, estar implantado em terreno de leito de cheia, tendo o sr. Presidente da Câmara respondido de forma negativa, o que veio a ser contrariado pela realidade, durante as recentes cheias, onde teve a oportunidade de visualizar bombas a retirar água do local.

Referiu-se, ainda, à realização da **BTL-Bolsa de Turismo de Lisboa** e ao “famoso” bolo designado de “**carolinata**”. Perguntou se existiam locais específicos para a sua venda e se a marca estava devidamente registada comercialmente, ou, apenas se tinha tratado de uma promoção particular da chefe de cozinha que criou a iguaria, D. Célia Pastora.

Por último, interveio o eleito **Pedro Gameiro**. Cumprimentou todos os presentes, acompanhando, novamente, o tema do **Turismo**. Da intervenção sobre o assunto proferida pelo sr. Presidente da Câmara, na última sessão da Assembleia Municipal, disse que lhe tinha ressaltado das suas palavras alguma confusão no tocante à falta de estratégia, com que vive o setor. Contou que tinha tido a ocasião de visitar o stand do Município na BTL, com os restantes membros do Grupo Municipal do PS, tendo constatado que toda a estratégia da autarquia incide sobre o **Festival do Arroz Carolino**. Assim e dada a atualidade do tema, por se aproximar mais uma edição do Festival, questionou o que irá ser feito a nível de orçamentação e de retorno e se o modelo de realização irá ser idêntico aos anteriores, ou não.

Mudando de tema, fez uma abordagem à **ELH**. Em jeito de remoque, dirigindo-se ao eleito Ricardo Oliveira, comentou que tinha sido o Governo “**Passos Coelho**” quem, nos últimos 40 anos, tinha apoiado menos projetos de habitação social, através do IHRU.

Transmitiu que, em sede da Terceira Comissão Específica, tinham sido colocadas uma série de questões à sra. Vereadora Catarina Vale sobre a **habitação de renda apoiada**, face à denúncia de algumas situações de subalugamento existentes. Uma vez que achou as respostas vagas, indagou se das queixas levantadas, via Comissão, quais tinham sido os incidentes possíveis de apurar e as eventuais penalizações aplicadas. Indagou, ainda, se existia algum instrumento regulador dessa habitação apoiada.

**Seguiram-se os esclarecimentos por parte do sr. Presidente da Câmara às questões suscitadas.**

Na sequência das várias abordagens ao assunto, fez o ponto de situação sobre a **ELH-Estratégia Local de Habitação**. Considerou como sendo um facto incontornável a aposta do Município no setor da habitação, para onde foram canalizadas verbas de valor significativo, quase a 100%, com condições de apoio vantajosas, quer de âmbito governativo, por via do IHRU, quer no âmbito do PRR-Plano de Recuperação e de Resiliência, mesmo tendo em conta os índices inflacionários que persistem desde há uns anos atrás. Sublinhou que a autarquia teve de desenhar uma estratégia à dimensão do programa que pretende concretizar.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Recapitulou que, no âmbito da CIMLT, foi lançado um procedimento de pré-seleção de gabinetes para desenvolver a ELH, processo que ficou concluído no final do mês de fevereiro. Com a Revisão aprovada, **os 800.000 euros** provenientes do IHRU, servirão para suportar os custos com os projetos, não com a construção, permitindo avançar, no imediato, com um conjunto de procedimentos, que enunciou: - requalificação de cerca de 115 habitações, pertencentes ao parque habitacional do Município; - execução de cerca de 20 moradias, no Porto Alto; - requalificação/reabilitação de um edifício na Urbanização do Arneiro dos Corvos, em Samora Correia, destinado a nova habitação; - a que se irá juntar mais um conjunto de edifícios devolutos, que são propriedade da autarquia, nomeadamente, em Benavente.

Os procedimentos concursais dos projetos serão efetuados através de ajuste direto, com um prazo previsto de 120 dias, sendo expectável que seja iniciada alguma intervenção física, ainda, durante o ano de 2023, num horizonte temporal que termina em 2026. Para além do relatado, salientou que a equipa do Gabinete da ELH encontra-se, no momento, a trabalhar em projetos para Benavente, Santo Estevão e Barrosa, de acordo com o plano de intervenções, delineado para o efeito.

Complementou que as situações mais complicadas e, por isso mesmo, mais atrasadas, resultam do alojamento de habitações isoladas, unifamiliares, cujo processo está a ser acompanhado e onde está a ser investido muito do capital humano da autarquia.

Mencionou que o programa está a ser desenvolvido como planeado, dentro dos seus timings próprios, realçando que, no momento, estão pré-selecionados 11 Gabinetes projetistas, no âmbito da CIMLT, aos quais os Municípios associados poderão recorrer, por ajuste direto.

Alertou para a complexidade que envolve o programa de investimento, com 30 milhões de euros de encaixe. Admite não ser fácil a sua concretização, no entanto, considera que o projeto deve ser mobilizador, merecedor do esforço e do empenho de todos. Acha que é uma oportunidade única, a não perder, que não deve ser relativizada, mas, sim, valorizada, como instrumento definidor de uma estratégia de intervenção em matéria de política de habitação, ao nível de todo o País, que não só local ou regional.

*Completou, defendendo a necessidade de serem atualizados, por parte do Governo, os valores por metro quadrado, em termos de construção, antevendo, se não o forem, que tenham de ser reforçados os valores projetados para o investimento.*

**Relativamente à solução para a Casa Mortuária de Benavente**, declinou a existência de qualquer divergência de opiniões no seio do Executivo, defendendo, pelo contrário, o seu alinhamento com as decisões a serem prosseguidas, como resultado do trabalho conjunto desenvolvido entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Benavente.

Sumulou que o terreno adquirido pela autarquia, destinado ao alargamento do Cemitério e à construção da Casa Mortuária, pretendia responder a esses objetivos. À época, a Junta de Freguesia discordou dessa solução, levando à procura de outras alternativas, como a aquisição de um edifício próximo, que não se veio a concretizar, pelo valor exigido. Na sequência, foi decidido avançar com a proposta da Junta de Freguesia de Benavente, de construir a Casa Mortuária na parte frontal do cemitério, a qual mereceu a concordância dos elementos da Câmara Municipal e do Vereador Joseph Azevedo.

Quanto à insinuação de que os equipamentos da Câmara Municipal, quando concluídos, deixam de servir as suas intenções, porque construídos sem qualquer planeamento definido e sem visão de futuro, discorda dessa posição, porquanto aqueles que existem há anos atrás, continuam a servir os interesses



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

da comunidade, como o exemplo do Centro Cultural de Samora Correia, considerado um cartão de visita para os visitantes e referenciado como um equipamento de grande qualidade, assim como tantos outros, que não correspondem, minimamente, ao comentário do eleito Ricardo Oliveira.

Observou que a construção do novo equipamento, em Benavente, tem como referência a Casa Mortuária de Samora Correia, obra que considera adequada e dimensionada à medida daquilo que foram as necessidades identificadas em projeto, servindo, por isso, os interesses atuais e futuros da população, motivo pelo qual refutou, mais uma vez, a crítica de que a autarquia planeia as suas obras sem qualquer preocupação ou estratégia, que vá para além do presente.

Acrescentou, ainda, que o anteprojeto da obra irá avançar, sendo divulgado posteriormente.

**Comentando a falta de celeridade na execução da obra da Estrada D'El Rei**, como nota inicial, quis deixar claro que todas as intervenções obedecem a regras e condicionalismos de natureza técnica e legal, que têm forçosamente de ser cumpridos, não bastando a vontade política para avançar com a celeridade que todos gostariam que acontecesse.

Sobre a existência de mecanismos legais em situações urgentes e inadiáveis, explicou que o recurso aos mesmos só poderá ser feito quando estão em causa valores que não ultrapassem os 10 mil euros, a cabimentar num espaço limitado de cinco dias.

Resumiu que a Câmara Municipal irá abrir um procedimento por ajuste direto, que teve de ser precedido de um projeto, sujeito ao parecer de várias Entidades, como a APA, a CCDR, a DRAP, as quais impuseram determinadas questões que pesaram na demora da execução da obra, como foi o caso dos cálculos, que tiveram de ser reprogramados para um horizonte temporal de 100 anos, em vez dos 50 iniciais, por exigência da APA-Agência Portuguesa do Ambiente. No momento, aguarda-se pelo seu parecer final, na expectativa que seja rececionado no decorrer da semana em curso.

Identificou a obra, cujo custo ascende aos **150.000 euros**, como sendo de determinada exigência e complexidade técnico-legal, com a especificidade de se tratar de uma passagem hidráulica, destruída pela recente intempérie, que faz a ligação entre os concelhos de Benavente, no seu limite, e de Salvaterra de Magos, a partir da ligação com a EN 118, junto às instalações da empresa Sugal-Ideal, cumprindo à autarquia de Benavente a sua execução.

Lamentou a situação criada, com todos os transtornos resultantes para a população residente e para as atividades agrícolas da zona. Contudo, por todas as razões invocadas, rejeita a ideia de que a atuação da Câmara não foi pautada pela celeridade que se impunha.

Em relação à intervenção do eleito **António José Rabaça**, nomeadamente, ao comentário feito de que era "*um bom contador de histórias*", sendo uma arte, a de saber contar histórias, reconheceu não ter grande jeito para o fazer, no entanto, não deixou de replicar que a sua atuação na vida pública, é interpretada de uma forma simples e sem quaisquer argúcias, onde a verdade assume o papel principal.

O eleito interrompeu para informar que tinha retirado a expressão usada das palavras de um jornalista, com as quais corroborou.

**O sr. Presidente** respondeu que o eleito é que as tinha proferido e não o jornalista, como tal, identificava-se com elas.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Continuando, referiu que, no âmbito dos 11 Municípios associados da CIMLT, foi tomada a decisão de se avançar com uma estratégia comum, para definição de um Plano de Turismo para cada um desses Municípios. No de Benavente, foi definida uma estratégia de futuro, englobada naquilo que é a sua realidade, que segmentos, que potenciais, onde apostar, qual a forma de vingar o setor. Transmitiu que, além da Câmara Municipal, esse Plano teve a intervenção de entidades externas, que ajudaram na sua elaboração.

Reportou que, na reunião da Câmara Municipal, que teve lugar nesse dia, tinha informado que faltavam 2 anos e 9 meses para terminar o mandato e a sua vida autárquica, período durante o qual, tem a expectativa de que, do ponto de vista turístico, no caso, o seu legado e o da sua equipa deixarão um conjunto de áreas preparadas, outras construídas, outras, ainda, em perspetiva, que resultam do trabalho que se tem vindo a realizar, a planear, na aposta decisiva de dinamizar o setor do turismo, num território considerado marcante, como o de Benavente, com especial destaque no **reforço da oferta de alojamento**.

No que se refere à **divulgação na BTL**, elogiou o stand do Município de Benavente, fruto da capacidade e da forma criativa com que a autarquia se apresenta no certame, que têm permitido, a par do empenho dos seus técnicos, destacar-se na mensagem transmitida, promovendo o Município nas mais diversas iniciativas que acontecem ao longo do ano, com realce para o Festival do Arroz Carolino.

No que diz respeito à sugestão do eleito **Paulo Cardoso** para se **construir um cemitério de raiz, em vez da sua ampliação**, retorquiu que todo o terreno a sul do cemitério atual, se encontra excluído de qualquer condicionante legal que obste à sua ampliação, cuja área total permite assegurar a sua utilização num horizonte temporal alargado, com capacidade para dar resposta àquilo que são as necessidades identificadas e previstas. **Em relação às Casas Mortuárias**, afirmou que as mesmas são cada vez mais espaços de grande proximidade com os cemitérios, fruto de uma tradição e de uma cultura que deverá ser respeitada e continuar a ser proporcionada às pessoas, em linha com a proposta aprovada pelo Executivo.

Relativamente ao doce conhecido por "**Carolinata**", enquadrou que a mesma foi criada na edição de 2017 do Festival do Arroz Carolino, no âmbito do próprio Festival e para o Festival, tendo estado presente mais uma vez na edição recente da BTL, com o sucesso que lhe é habitual.

No que concerne às questões levantadas pelo eleito **Pedro Gameiro**, o sr. **Presidente da Câmara** referiu-se, em primeiro lugar, ao **retorno económico do Festival**.

A seu ver, os benefícios económicos que poderão advir do Festival, não poderão ser isolados do resto, ou seja, de tudo aquilo que constitui a geografia territorial do Município, que se demarca de todos os outros, à medida que se aproxima da área de Lisboa, caracterizada pela explosão urbanística que tem sofrido ao longo do tempo. Ao invés, o espaço urbano do Município encontra-se bem definido, composto por uma envolvente de agricultura e de uma área de floresta significativa, que o dotam de características e de condições únicas, do ponto de vista ambiental. Espera que quem lhe vier a suceder nos comandos da autarquia possa ter a capacidade e visão necessárias para conseguir defender e manter aquilo que considera ser um desígnio desafiante para o futuro do Município.

Nesse contexto, surge o arroz carolino, como parte integrante de uma paisagem que se projeta e se potencia no Festival, a que dá nome, cultivado em locais como a Reserva Natural do Estuário do Tejo, espaço intocável, que alia a cultura do arroz com o habitat natural de milhares de espécies de aves migratórias, conferindo qualidade e afirmação a um produto de grande impacto, que torna Portugal, o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

País da Europa que mais consome arroz por ano, cerca de 20 Kg em média. É esse potencial que acha que tem de ser trabalhado e projetado para além das fronteiras do Município, onde entronca o Festival do Arroz Carolino, como veículo importante para a sua promoção, que permite, igualmente, valorizar a autoestima e o orgulho das gentes de Benavente, de poderem dispor de um evento novo, que se tem projetado a nível nacional. Reafirmou essa aposta, que pretende dar continuidade.

Passando para outro dos temas aflorados, **as rendas apoiadas na habitação**, parece-lhe que o modelo mais correto seja aquele que tem por base os rendimentos económicos das pessoas, ou seja, quem tem menos paga menos de renda e quem tem mais paga a renda na totalidade. Em relação aos casos denunciados, deu nota que não tinham sido identificados, dispondo a Câmara Municipal de técnicos que fazem esse acompanhamento, de forma permanente.

O eleito **Paulo Cardoso** interrompeu para dar conta de uma coincidência de situações, gerada na sequência dos dados solicitados, na altura, à Câmara Municipal, no âmbito da 4ª Comissão, sobre quem usufruía das rendas apoiadas, e a situação de despejo que se veio a verificar na semana seguinte, perante um caso **presumível de subalugamento**.

O sr. **Presidente da Câmara Municipal** retificou a afirmação de que não tinha sido identificada nenhuma situação desse tipo, porquanto se recordou de um caso semelhante ocorrido no Bairro de Santa Cruz, em Benavente, sujeito à instauração de uma ação de despejo, que se encontra a decorrer.

O eleito **Paulo Cardoso** lembrou, igualmente, que o sr. Presidente não lhe tinha respondido à questão colocada sobre **se a “carolinata” tinha sido registada comercialmente**, em nome da Câmara Municipal. Se assim fosse, no seu entender, a “carolinata” poderia constituir uma mais valia para o Município, podendo a marca ir mais além, que não só o espaço do Festival. No que se refere à sua confeção, sugeriu que a farinha de trigo pudesse ser substituída pela farinha de alfarroba, de batata ou de milho, permitindo o seu consumo pelos celíacos, assim como o próprio leite poderia ser substituído por leite sem lactose, que tornaria o produto mais apreciado e abrangente.

O eleito **Ricardo Oliveira** pediu, igualmente, autorização para intervir, que foi concedida. Sobre o **Plano Estratégico de Turismo do Concelho de Benavente**, destacou a divergência existente entre o PSD e a autarquia sobre o assunto, enquanto a estratégia de valorização turística, no caso gastronómica, assentar numa guarnição, que é o arroz carolino. Se vierem a governar a autarquia, a sua aposta será nas carnes bravas, sobre as quais existe já um festival, há muitos anos, em Samora Correia, sendo trabalhada pela restauração.

Considera que a estratégia que deveria funcionar ao nível dos restaurantes, não funciona. Segundo o reporte que tem recebido dos seus proprietários, o arroz não é utilizado, nem tão pouco mencionado nas “cartas”, que é um produto difícil de trabalhar, que não o conseguem trabalhar e que não o querem trabalhar. sendo, aí, que a estratégia fica enviesada, resumida a um Festival de Música por ano. É essa a divergência profunda que separa as duas partes. Na sua ótica, uma estratégia de gastronomia tem de funcionar em todos os restaurantes do concelho e não apenas em três dias de festa por ano. Ao invés, acha que as Comissões de Festas fazem o mesmo ou melhor com muito menos dinheiro, com dezenas de dias de Festas por ano, onde são promovidas as tradições e as culturas do Município.

Declarou que é necessário pôr as pessoas a pensar e a indignar-se face à utilização que é dada ao dinheiro proveniente dos impostos, malgasto naquilo que muitas vezes é dispensável, aplicado num festival, cujo retorno económico nada se sabe. Declarou, ainda, que a Câmara Municipal já gastou mais de um milhão de euros nas várias edições do festival, desde 2016, defendendo que deve continuar a ser



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

feito. Nesse sentido, questionou de que forma é que esse dinheiro regressa aos bolsos da população, aos empresários locais, ao comércio tradicional, tendo-o considerado um gasto a fundo perdido.

Continua-se a insistir naquilo que considera ser um erro, centrado na realização de um Festival por ano, que reconhece ser do gosto de todos, não sendo, contudo, aí, que reside a questão principal, mas, sim, numa estratégia, que o PSD considera que está errada, com a agravante de que a patente do produto que lhe dá nome ser registada por uma empresa particular, uma associação sediada no concelho vizinho de Salvaterra de Magos, pendente da vontade do proprietário do "Arroz Bom Sucesso" proibir ou não a autarquia de utilizar aquela nomenclatura.

Por fim, dirigindo-se à bancada do PS, tendo como ponto de partida a relevância que constitui um Plano Municipal de Turismo, que defina uma verdadeira estratégia de turismo, tendo o PS um Vereador a tempo inteiro no Executivo da Câmara Municipal, com influência direta nas decisões que são tomadas pelo Executivo, que incluiu a aprovação do orçamento municipal, o mesmo PS que se mostrou indignado com a ausência de um Plano Estratégico para o Turismo de Benavente, considera que tem à sua disposição, no momento, uma oportunidade de "ouro" para reverter a situação e influenciar diretamente na inversão do sentido daquilo que está a ser feito, porque, doutro modo, considera que o PS e o seu Vereador na Câmara Municipal estão a ser cúmplices no gastar do erário público, numa estratégia que não existe. Reiterou, mais uma vez, que não existem registos e métricas do retorno económico do festival, num investimento de milhares de euros, que não dispõe de qualquer estudo sobre a sua rentabilidade para a economia local.

Para rebater a intervenção precedente, o eleito **António José Rabaça** solicitou autorização para intervir, que foi aceite. Sublinhou que o eleito Ricardo Oliveira tinha acabado de esvaziar o conteúdo do órgão deliberativo, lembrando-o que a Câmara Municipal tem o dever de prestar contas na Assembleia Municipal, não sendo necessário estar a invocar o sr. Vereador Joseph, para o efeito. Acentuou que a Assembleia Municipal tem por missão avaliar e fiscalizar o trabalho do Executivo, no seu todo, achando, por isso, que não valia a pena o eleito "*vir com distrações do género!*"

Prosseguiu, invocando o artigo 50.º do Regimento para ditar à Mesa um Requerimento, que se transcreve, na íntegra: "Uma vez que o sr. Presidente da Câmara não respondeu onde podemos consultar a Estratégia Municipal do Turismo, que nos seja enviado esse documento, através de pedido da Mesa."

Seguiu-se mais uma intervenção do eleito **Pedro Gameiro**. Assinalou que o PS se diferenciava muito da postura do PSD. Nessa linha, independentemente das críticas que o PS tem lançado ao **Festival do Arroz** que, em sua opinião, até têm sido construtivas, tem-se mantido a favor da realização do Festival, ao contrário da bancada do PSD, que não o é. O PS admite ser um investimento avultado, contudo, acha que a vila e o Município ganham com isso, pensando que seria de todo conveniente poder aceder a um relatório de retorno, que não só a parte financeira do Festival.

Lançou, ainda, um desafio à bancada do Grupo Municipal do PSD, precisando que gostaria, depois de terminada a edição próxima do festival, que a bancada do PSD, ou, em sede de Comissão, ou, em sessão da Assembleia, listasse aquilo que pretendia ver corrigido, propondo medidas para dinamizar mais o Festival, ou seja, não bastava criticar, estando o PS disposto a aceitar a ajuda do PSD para, numa perspetiva conjunta, se procurar ajudar o Executivo a melhorar o Festival.

**O sr. Presidente da Câmara respondeu a mais uma ronda de questões suscitadas:**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Antecipou que, talvez, na sessão do órgão deliberativo de junho se possa agendar, para discussão ou para partilha, **a estratégia local de promoção turística do Município**, para que todos tenham acesso aos objetivos definidos pela autarquia, em relação a essa área. Criticou a linha de conduta do PSD, por ter sempre uma estratégia delineada para abater qualquer iniciativa avançada pela autarquia. Tratando-se de um evento já com uma certa projeção, até, a nível nacional, torna-se claro o objetivo de desvalorizar o Festival do Arroz Carolino, que só revela a necessidade premente que o PSD tem de se afirmar no espaço político.

Conforme já citado anteriormente, apontou como uma das maiores necessidades para o incremento do setor, o **reforço da oferta de alojamento**. Para o efeito e graças ao trabalho desenvolvido pelo Município na procura de investimento, oferecendo condições atrativas aos investidores, anunciou estarem previstos dois hotéis, em fase final de aprovação, mais dois, ainda, em fase inicial, esperando que esses exemplos venham reforçar a oferta turística do Município, dando-lhe maior projeção.

No meio do setor, referiu-se a um outro aspeto considerado relevante, **a fileira do cavalo**, como sendo uma afirmação a considerar no planeamento turístico do Município, naquilo que é a preservação da sua identidade, assim como outros projetos que estão a ser trabalhados nessa fileira e que dimensionam o Município. Salientou que o concelho tem oportunidades para potenciar aquilo que é a sua realidade, tendo destacado um projeto, na área ambiental, de nível europeu, que será impactante para toda a região onde se irá inserir, prevendo-se o arranque da 1ª fase, a breve prazo. Salientou, ainda, que toda a dinâmica que envolve o setor no Município, tem por base uma definição estratégica, um caminho e uma estrutura de oferta.

Quanto aos **restaurantes**, assume a necessidade de ser definida a gastronomia que se pretende para o Município. A questão da **confeção do arroz carolino nos restaurantes** obedece a critérios que não podem ser estendidos a todos os restaurantes, mas sim àqueles que lhes permita ter essa oferta diferenciada, havendo já alguns que têm essa oferta nos seus menus, num caminho que tem sido percorrido de forma gradual.

Considera que o **registo da marca "Arroz carolino das Lezírias Ribatejanas"** faz todo o sentido, como forma de despistar outros interessados na sua denominação, conforme lhe tem chegado ao conhecimento.

Considera a discussão gerada em volta do **retorno do Festival**, uma questão de território, de afirmação desse território, cujo foco se centra na preservação dos seus elementos naturais, o que tem sido amplamente projetado ao longo das edições do Festival. Do seu ponto de vista, não deve ser confundido o trabalho de mérito, de grande dimensão, que tem sido desenvolvido pelas Comissões de Festas, que contam, igualmente, com o apoio da autarquia, em grande linha, para concretizarem os seus eventos, num trabalho que não é disputado com ninguém, muito menos com o Município.

Defendeu e abraçou o conjunto de investimentos que está a ser feito ao olhar de todos, mas que não tem sido valorizado. Acha que o PSD terá sempre dificuldade em perceber essa lógica, assente na afirmação de um território. Mostrou abertura para ouvir, para receber contributos e para melhorar um ou outro aspeto, tendo por base a estrutura existente. Contudo, tem consciência que não tem sido esse o espírito que tem prevalecido, mas, sim, o de deitar tudo abaixo, atenta a forma como são colocadas as suas críticas e comentários.

Para si, o ponto principal é o sucesso com que tem decorrido o Festival do Arroz Carolino, é o de proporcionar às pessoas a frequência de um espaço, espetacular, atrativo, gratuito, de confraternização,





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

de que se orgulham, com a colaboração, o envolvimento, o trabalho e o gosto com que os trabalhadores da autarquia o montam.

Sobre o **Festival das Carnes Bravas**, explicou que o Município, anteriormente, era detentor do maior número de ganadarias do País, realidade que deixou de acontecer, uma vez que tendem a desaparecer, sendo, atualmente, quase residuais. Acha que o futuro não passa por aí, mas, sim, pela valorização do território e pela subsistência do setor agrícola, onde se destaca o arroz carolino, como produto de afirmação plena.

Finalizou, reiterando que a génese do Festival vai muito para além das palavras, que se demarca e se evidencia pela aceitação que colhe junto da população, sendo intenção da autarquia dar continuidade a esse projeto, a essa aposta, em linha com a orientação definida no seu programa eleitoral.

Antes de dar por terminada a discussão, **o sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao eleito **Paulo Cardoso**, que reclamou uma resposta do sr. Presidente da Câmara a uma questão que tinha colocado sobre as "**carolinatas**".

**O sr. Presidente da Câmara** esclareceu que o doce tinha sido registado pela chefe Célia Pastora, estando associado exclusivamente ao Festival.

O eleito **Paulo Cardoso** replicou que deveria ter sido a autarquia a trazer para o Município o registo comercial do doce, tornando-se uma mais valia para o turismo, como complemento do arroz carolino.

O eleito tentou colocar mais uma questão, mas foi interrompido pelo sr. Presidente da Assembleia Municipal, que não lhe permitiu continuar, com a alegação de que, durante o período de debate, lhe tinha sido dada a oportunidade de se expressar e de apresentar a sua argumentação, por mais do que uma vez, assim como de ouvir os esclarecimentos do sr. Presidente da Câmara.

Ainda antes de concluir o Ponto, foi dada autorização ao eleito **Ricardo Oliveira** para intervir. Contestou as palavras proferidas pelo sr. Presidente da Câmara, retorquindo que o PSD não fazia política nenhuma de "**bota abaixo**". No seu entendimento, essa seria a melhor justificação que tinha encontrado para se defender. Assinalou que aquilo que o PSD tem procurado fazer desde o início é, muitas vezes, dar sugestões, fazer alertas, identificar erros para que se possa melhorar, como aconteceu em relação àquilo que não estava a ser feito junto dos restaurantes.

Reafirmou que o PSD faria outro tipo de estratégia, porque não considera que o caminho da autarquia prossiga uma verdadeira estratégia. Clarificou que a estratégia de valorização turística do Município não pode ser confundida com um Festival, tendo sido essa a confusão que tem sido lançada sobre a mesa, tanto pelo sr. Presidente da Câmara, como pela sra. Vereadora do Turismo, como também, na sessão, pela bancada do PS. Distinguiu o Festival de uma estratégia que, a seu ver, é bem maior que qualquer Festival, sendo essa a questão fundamental para o PSD. Já teve a oportunidade de expressar a sua discordância em relação àquilo que é a essência do Festival, tendo, no entanto, a expectativa de poder vir a debater o assunto com o sr. Presidente da Câmara, até ao final do mandato. A propósito, por uma questão de calendário, questionou-o se tencionava mesmo cumprir o mandato até ao fim, tendo em conta que lhe tinha chegado ao conhecimento que poderá vir a sair, dentro de pouco tempo.

**O sr. Presidente da Câmara** respondeu de forma afirmativa, que tencionava cumprir o mandato até ao final.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

**PONTO 8 – ACOMPANHAMENTO DA ATIVIDADE DAS COMISSÕES ESPECÍFICAS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Apreciação dos relatórios de atividade do ano transato, nos termos do n.º 4 do art.º 72.º do Regimento:

Na apresentação do Ponto, o **sr. Presidente da Assembleia Municipal** explicou que o assunto resultava de uma alteração introduzida em Regimento, na última revisão de 22 fevereiro de 2022, que obriga as Comissões Específicas da Assembleia Municipal a apresentarem, na primeira sessão ordinária de cada ano civil, um relatório das suas atividades desenvolvidas durante o ano transato, **o qual tinha sido distribuído por todos os eleitos**. Questionou quem queria tomar a palavra sobre o assunto.

O eleito **Ricardo Oliveira** perguntou ao **sr. Presidente da Assembleia** como é que iria ser feita a discussão do Ponto.

Em resposta, o **sr. Presidente da Assembleia Municipal** informou que era da forma que tinha acabado de propor. Repetiu que o ponto tinha origem num preceito regimental, recordando que havia duas questões a colocar resultantes da última reunião de vinte e oito de fevereiro e que estavam em discussão quatro relatórios de outras tantas Comissões. Voltou a perguntar se alguém queria tomar a palavra.

O eleito **Mário Pereira** inscreveu-se para usar da palavra, como **coordenador da 4ª Comissão Específica**. Disse quais eram as temáticas associadas à Comissão, cultura, desporto, associativismo e turismo. Tendo em conta que o próprio relatório continha o resumo da atividade da Comissão, que tinha ido a conhecimento de todos os eleitos, dispensava-se de fazer mais comentários.

Sinalizou, no entanto, que o mesmo continha algumas sugestões que deveriam ser transmitidas à Câmara Municipal, entre as quais uma referência ao Festival do Arroz Carolino. Assim e numa perspetiva de melhoria, transmitiu que a 4ª Comissão tinha achado por bem que, na edição que irá ter lugar, em maio próximo, fosse feito um estudo aprimorado, exaustivo de satisfação, quer ao público, quer também aos restantes intervenientes do certame, recorrendo, se necessário a entidade externa, de forma a se tentar perceber que imagem tem o Festival junto dos participantes, qual o retorno, não financeiro, para o concelho, e que benefícios económicos e financeiros têm tido o Município e as empresas, com a estratégia de projeção do turismo do concelho, no caso concreto, com o Festival do Arroz Carolino.

Noutra das áreas associadas à Comissão, o **associativismo**, foi considerado questionar, igualmente, a Câmara Municipal, sobre qual a situação do estado atual do Gabinete de Apoio ao Movimento do Associativismo. Soube-se que não era muito solicitado, mas avançou-se com a possibilidade de saber em vir a ser reativado, tendo em conta o apoio que poderá prestar à gestão do dia a dia das coletividades e associações, no desenvolvimento das suas atividades e na preparação dos processos de candidatura a fundos europeus, entre outros.

Interveio a seguir a **coordenadora da 2ª Comissão Específica, a eleita Cristina Branco**. Como nota inicial, registou a forma positiva como o eleito Mário Pereira se tinha referido ao trabalho das Comissões. Deu conta que a Comissão abordava os temas da educação, juventude, e tempos livres e que tinha reunido por diversas vezes. Manifestou a sua gratidão pela colaboração prestada pelos seus elementos. Além disso, transmitiu que o Relatório integrava duas propostas ou sugestões, que refletiam o estudo feito pela Comissão, uma sobre a violência em contexto escolar e outra sobre a segurança no acesso às escolas, sobre as quais solicitou que a Câmara Municipal tomasse boa nota das mesmas.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Procedeu à leitura dos dois documentos referidos, a eleita **Nádia Matos**, que fazem parte integrante do Relatório de Atividades da 2ª Comissão e que se transcrevem, na íntegra:

### “Documento 1:

Em reunião de trabalho da 2ª Comissão Específica da Assembleia Municipal de Benavente, que aborda os temas da Educação, Juventude e Tempos Livres, ocorrida no dia 2 de fevereiro de 2023, o Grupo de Trabalho desta Comissão reuniu um conjunto de informações que considerámos pertinentes apresentar à Assembleia Municipal.

Dos vários intervenientes que fomos ouvindo e em reuniões onde estivemos presentes, nomeadamente, com aqueles que têm intervenção direta na área da infância e juventude e foi-nos dado a conhecer que as faixas etárias com maior número de casos na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Benavente, são as dos 11 aos 14 anos de idade e a dos 15 aos 17 anos de idade, associadas a problemáticas de violência em contexto escolar para com pares e com os seus pais, bem como para com os técnicos de educação, professores e assistentes operacionais.

Deste modo, solicitamos à Câmara Municipal, enquanto entidade promotora, que possa colocar em prática a formação para professores em parceria com o Educatis, sugerindo aos Agrupamentos de Escolas de Benavente e de Samora Correia, que possa ficar ao critério dos mesmos, a forma de trabalhar o desenvolvimento das seguintes problemáticas: - Consumo de substâncias ilícitas, - Violência em Contexto Escolar, - Violência Doméstica, no âmbito da disciplina de Cidadania ou de outra qualquer disciplina que entendam ser mais pertinente.

Estas sugestões deverão ser enviadas à Câmara Municipal de Benavente.”

### “Documento 2:

Em reunião de trabalho da 2ª Comissão Específica da Assembleia Municipal de Benavente, que aborda os temas da Educação, Juventude e Tempos Livres, ocorrida no dia 2 de fevereiro de 2023, o Grupo de Trabalho desta Comissão reuniu um conjunto de informações que considerámos pertinentes apresentar à Assembleia Municipal.

Sendo a educação e a juventude, áreas do nosso interesse, reforçamos a importância de encontrar soluções para os problemas que consideramos apresentarem preocupações e constrangimentos à vida normal das comunidades.

Salientamos, desta forma, o tráfego excessivo existente nas ruas e avenidas inerentes à localização das escolas dos nossos agrupamentos, como uma das maiores preocupações desta Comissão. A esta preocupação, juntam-se também outras, depois de vários testemunhos de automobilistas que manifestam o seu descontentamento, uma vez que muitos alunos mostram desrespeito pelos condutores, relativamente à passagem em passadeiras, obstruindo muitas vezes o trânsito nas principais vias.

Neste sentido, solicitamos uma análise detalhada ao setor de Trânsito e Toponímia da Câmara Municipal a propósito da possível alteração da entrada da Escola Secundária de Benavente para a Rua do Trabalhador Rural, sugerindo o aproveitamento da entrada já existente para o pavilhão da Escola Secundária, bem como a supressão dos lugares de estacionamento de um dos lados da Rua Professor José Clemente Rodrigues, onde se localiza a entrada para a escola EB1 N° 1 de Benavente, evitando, desta forma, o tráfego excessivo das principais vias e acabando com os aglomerados em frente às escolas, devido ao excesso de automóveis parados ou em regime de “para-arranca” e prevenindo, também, situações de caráter emergente facilitando a passagem dos meios de socorro.

É, portanto, por estas razões que julgamos pertinente o trabalho para a procura de soluções.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Estas sugestões deverão ser enviadas à Câmara Municipal e à Direção do Agrupamento de Escolas de Benavente, para que possam ser estudadas formas de implementação das mesmas."

Passou-se à intervenção da eleita **Cláudia Martins, da 3ª Comissão Específica**, cuja atividade incide sobre os temas da saúde, ação social, habitação e proteção civil. Iniciou a leitura do relatório, mas, viu-se impedida de continuar a fazê-lo por dificuldades de visão, tendo sido substituída na leitura do mesmo, pelo eleito **Pedro Gameiro, coordenador da 3ª Comissão Específica**.

Por último, tomou a palavra o eleito **Paulo Reis, coordenador da 1ª Comissão Específica**, com as áreas temáticas do desenvolvimento económico, urbanismo, mobilidade e ambiente.

Dispensou de ler o Relatório da 1ª Comissão Específica, uma vez que continha, somente, um resumo das reuniões e das audições realizadas.

A propósito das sugestões ou recomendações lidas, anteriormente, da iniciativa da 2ª Comissão Específica, questionou o sr. Presidente da Assembleia Municipal como é que as Comissões Específicas iriam continuar a funcionar, tendo em conta a discussão originada pela apresentação desses documentos na última reunião, realizada no dia vinte e oito de fevereiro passado, que eram para ter sido votadas e que foram passadas para o ponto número oito, em discussão. Sugeriu que fosse feita uma reflexão sobre o assunto e que houvesse uma interpretação daquilo que é o Regimento, de forma a que quando uma Comissão pretender apresentar uma Recomendação, até que ponto a poderá submeter à Assembleia Municipal, na medida em que o Regimento prevê, apenas, que haja um relatório de atividades das Comissões, sendo, igualmente, reduzido no que diz respeito ao seu quadro de competências.

Inscreveu-se para intervir no debate, o eleito **Ricardo Oliveira**. Sobre os Relatórios em si, afirmou que em sede de Revisão do Regimento, quando se falou na necessidade de haver na primeira sessão do ano um relatório, o seu objetivo era o de transmitir, sucintamente, a atividade das Comissões Específicas, para dar a conhecer, de forma pública, as suas atividades do trabalho que fizeram ao longo do ano, quer aos elementos da Câmara Municipal, quer aos restantes eleitos do órgão deliberativo, que não integram as Comissões. Quanto a isso, considera que o objetivo foi cumprido na presente sessão.

Quanto à questão levantada pelo eleito **Paulo Reis**, em sua opinião, as Comissões Específicas podem, em qualquer altura, produzir documentos e formular Recomendações à Câmara Municipal, pois se cada Grupo Municipal o pode fazer, mais pode uma Comissão Específica, onde estão representadas todas as bancadas políticas. Acha importante que deva ser feita essa clarificação: os relatórios são o resumo da atividade desenvolvida ao longo do último ano, para o conhecimento de todos e para conhecimento público e quanto ao trabalho concreto, sejam recomendações, sejam propostas, ou outros, em qualquer altura do ano podem ser submetidas ao plenário.

O eleito **Pedro Gameiro** estranhou a posição tomada pelo eleito Paulo Reis, da CDU, quando na metodologia de trabalho das Comissões, a que pertencem os dois eleitos, ficou combinado que se iriam produzir Recomendações, o que até já foi feito, no ano anterior. Percebe que, passado um ano de trabalho, onde as Comissões nunca trabalharam tanto como estão a trabalhar no presente mandato, a CDU se mostre incomodada pelo trabalho que as Comissões fazem, sendo essa a conclusão retirada pela bancada do PS. Motivo pelo qual disse concordar com a opinião do eleito Ricardo Oliveira, do PSD, ou seja, que as Comissões Específicas podem produzir relatórios e recomendações.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

O eleito **Paulo Cardoso** pronunciou-se no sentido de que, existindo uma Comissão de Revisão do Regimento, o mesmo deveria ser objeto de revisão, de forma a permitir que as Comissões possam apresentar Recomendações, em representação de todas as forças políticas que as constituem.

O eleito **Paulo Reis** replicou que a CDU nada tem contra o funcionamento das Comissões, sendo prova disso, as 10 reuniões e as 6 audições realizadas pela 1ª Comissão, de que é coordenador, demonstrando, desse modo, que estão em pleno funcionamento. Confirmou já ter sido votada uma Recomendação na Assembleia Municipal. A questão é que houve a situação recente das duas Recomendações que acabaram por não ser votadas e que foram incluídas no Ponto de acompanhamento da atividade das Comissões Específicas, mas, que no fundo, não deixa de ser o cumprimento regimental da necessidade de serem elaborados os Relatórios, que faz todo o sentido.

Acha que a situação em causa é de natureza interpretativa, cuja aclaração deverá ser feita, até para se regularizar o trabalho das Comissões. Não vê problema das Recomendações virem a plenário, como o fez a 2ª Comissão, com a leitura das suas duas Recomendações, concordando que o modelo até possa ser esse. Discorda, contudo, da sugestão do eleito Paulo Cardoso, de se avançar com uma revisão do Regimento, para esse efeito. Colocou, novamente, à consideração do sr. Presidente da Assembleia Municipal, para que seja definido quando e como devem ser colocadas essas situações.

Por sua vez, **o sr. Presidente da Assembleia Municipal** transmitiu que tem acompanhado os trabalhos das Comissões Específicas, onde tem constatado o desenvolvimento de estudos sobre determinadas matérias, dentro daquilo que são os vários Grupos Municipais e as forças políticas representadas, através de um diálogo aberto e frutuoso. De acordo com o Regimento, ficou claro que os resultados desses estudos viessem anualmente a plenário da Assembleia Municipal, o que verificou ter sido cumprido por todas as Comissões Específicas, que procederam à entrega dos seus Relatórios, cuja discussão foi incluída na ordem do dia da sessão. Parece-lhe ser esse o melhor método de funcionamento.

Nesse sentido, estando prevista essa possibilidade em Regimento, propôs que sempre que haja *necessidade de alguma Comissão Específica apresentar algo do seu trabalho e que o queira trazer à Assembleia Municipal para poder ser apresentado publicamente, à Câmara Municipal, ou a outras entidades, que a Mesa seja informada dessa situação, criando-se um ponto específico de acompanhamento da atividade das Comissões, à semelhança do que aconteceu na presente sessão, onde poderá ser apresentado aquilo que as várias Comissões entendam dever apresentar.*

A concluir, no que concerne àquilo que foram os Relatórios de todas as Comissões Específicas e àquilo que tinha sido discutido até ao momento, perguntou se, ainda assim, algum dos eleitos pretendia intervir ou se podia dar por concluída a discussão do Ponto. Ninguém mais fez comentários ou objeções, pelo que deu por terminada a discussão do **Ponto 8**.

Na sequência, **o senhor Presidente da Assembleia Municipal** deu por concluído o PERÍODO DA ORDEM DO DIA, anunciando a leitura da MINUTA DA ATA pela Primeira Secretária da Mesa, Maria Gertrudes Oliveira Borracha Pardão, que apresentou os cumprimentos habituais. Lida a Minuta da Ata e não tendo havido inscrições para a sua discussão, procedeu-se de imediato à sua votação, tendo sido **aprovada, por unanimidade, constituindo o anexo número um à presente ata**, da qual faz parte integrante.

Nada mais havendo a tratar, **o senhor Presidente da Assembleia Municipal de Benavente** despediu-se e agradeceu a colaboração de todos os presentes para o bom andamento dos trabalhos, dando por



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

encerrada a segunda reunião da sessão, pelas vinte e três horas e quinze minutos, da qual para constar e para os demais efeitos, se lavrou a presente ata, que foi apreciada e votada na sessão ordinária subsequente, realizada no dia vinte e seis de abril de dois mil e vinte e três, tendo sido aprovada, por unanimidade. A mesma foi rubricada e assinada por todos os membros da Mesa da Assembleia Municipal e por mim, Maria Clara Casanova Parracho da Silva Lourenço, coordenadora técnica designada para lavrar as atas, que a elaborei e subscrevi.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

- Mário Rui Filipe Santos -

A Primeira Secretária da Mesa da Assembleia Municipal,

- Maria Gertrudes Oliveira Borracha Pardão -

O Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal,

- José Duarte Salgueiro -

A Coordenadora Técnica,

- Maria Clara C. Parracho S. Lourenço -



ANEXO ①

*[Handwritten signatures and initials]*

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE**  
**Sessão Ordinária de fevereiro de 2023 - Mandato 2021 – 2025**  
**2ª Reunião de 06 de março de 2023**

**Hora de início: 20h.37m**

**Hora de termo: 23h.15m**

**NÚMERO DE PRESENCAS: 24**

**CDU:** Mário Rui Filipe Santos, Maria Gertrudes de Oliveira Borracha Pardão, José Duarte Salgueiro, Irina Noël Matias Batista, Mário Jorge Campos Pereira, António Paulo Ramos dos Reis, e Joaquim Correia Castanheiro.

**PPD/PSD:** Ricardo Alexandre Frade de Oliveira, Cristina Maria de Carvalho Borges da Silva Branco, Rui Carlos Carvalho Feijoca, Nádía Isabel Pernes da Silva Matos e Armando Batista de Almeida.

**PS:** António José Rabaça Silva Ribeiro, Cláudia Sofia Gordo Martins, Pedro Alexandre Santos Gameiro e António Manuel Quaresma Serrano Galveia.

**CHEGA:** Cristina Isabel Gonçalves Vicente Brandão e Paulo Alexandre Fonseca Cardoso.

**CIMB (Candidatura Independente pelo Município de Benavente):** Bruno Manuel Soares Nepomuceno.

**Presidentes das Juntas de Freguesia:** Inês Branco Almeida Vieira Correia (CDU), Augusto José Ferreira Marques (CDU), Nelson Alexandre Silva Norte (PSD) e Ana Margarida da Silva Fonseca (PS).

**FALTAS:**

Justificou a ausência a eleita Dora Isabel Lúcio Morgado, do Grupo Municipal do PSD, que foi substituída por Maria da Graça Oliveira Nobre Vicente.  
Faltou o eleito João Amândio Cação da Cruz, do Grupo Municipal do CHEGA, que não foi substituído.

**OBSERVAÇÕES:**

Compareceram também a esta Sessão o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Carlos António Pinto Coutinho, e os Vereadores Fátima Catarina Gândara Gonçalves Costa Pinheiro do Vale, Hélio Manuel Faria Justino, José Manuel Valente Nunes Azevedo, Sónia Patrícia da Silva Ferreira Quintino e Luís Miguel Neves Feitor.

**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Este Período teve lugar na 1ª reunião da sessão de fevereiro, realizada no dia 28 de fevereiro de 2023.



*Ant*  
*Ug*  
*Rece*

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE**  
**Sessão Ordinária de fevereiro de 2023 - Mandato 2021 – 2025**  
**2ª Reunião de 06 de março de 2023**

PONTO N.º 3 (após reordenação)	1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2023 / PROPOSTA – Discussão e eventual aprovação, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação vigente:				
	APROVAR	X		FAVOR	15 9 CDU, 5 PS, 1 CIMB.
	NÃO APROVAR		UNANIMIDADE	CONTRA	
	RATIFICAR		MAIORIA	X	ABSTENÇÃO 9 7 PSD, 2 CHEGA.
	RETIRAR DA OT			QUALIDADE	

**DELIBERADO APROVAR, POR MAIORIA, A PROPOSTA DE REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2023.**

Intervenção dos eleitos da Assembleia Municipal: Ricardo Alexandre Frade Oliveira, do GM do PSD e Paulo Alexandre Fonseca Cardoso, do GM do CHEGA.

Por parte do Executivo Municipal, usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Benavente, Carlos António Pinto Coutinho.





*Ant  
Yp  
R  
Vie*

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE**  
**Sessão Ordinária de fevereiro de 2023 - Mandato 2021 – 2025**  
**2ª Reunião de 06 de março de 2023**

<b>PONTO N.º 4</b> <b>(após</b> <b>reordenação)</b>	<b>PROPOSTA DE ADITAMENTO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE BENAVENTE NA CIMLT, NO ÂMBITO DO REGIME JURÍDICO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS –</b> Apreciação da Proposta e tomada de deliberação, nos termos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação vigente:					
	<b>APROVAR</b>	<input checked="" type="checkbox"/>		<b>FAVOR</b>	<input checked="" type="checkbox"/>	<b>9 CDU, 7 PSD, 5 PS, 2 CHEGA, 1 CIMB.</b>
	<b>NÃO APROVAR</b>		<b>UNANIMIDADE</b>	<input checked="" type="checkbox"/>	<b>CONTRA</b>	
	<b>RATIFICAR</b>		<b>MAIORIA</b>		<b>ABSTENÇÃO</b>	
	<b>RETIRAR DA OT</b>				<b>QUALIDADE</b>	
<p><b>DELIBERADO <u>APROVAR, POR UNANIMIDADE</u>, A PROPOSTA DE ADITAMENTO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE BENAVENTE NA CIMLT, NO ÂMBITO DO REGIME JURÍDICO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS.</b></p> <p>Intervenção dos eleitos da Assembleia Municipal: Rui Carlos Carvalho Feijoca, do GM do PSD.</p> <p>Por parte do Executivo Municipal, usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Benavente, Carlos António Pinto Coutinho.</p>						



*[Handwritten signature]*

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE**  
**Sessão Ordinária de fevereiro de 2023 - Mandato 2021 – 2025**  
**2ª Reunião de 06 de março de 2023**

<b>PONTO N.º 5</b> (após reordenação)	<b>PROPOSTA DE ADITAMENTO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE BENAVENTE NA CIMLT, NO ÂMBITO DOS PROCEDIMENTOS CONTRAORDENACIONAIS RODOVIÁRIOS, EM MATÉRIA DE ESTACIONAMENTO NAS VIAS E ESPAÇOS PÚBLICOS SOB JURISDIÇÃO MUNICIPAL, PARA ALÉM DOS DESTINADOS A PARQUES OU ZONAS DE ESTACIONAMENTO –</b> Apreciação da Proposta e tomada de deliberação, nos termos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação vigente:					
	<b>APROVAR</b>	<input checked="" type="checkbox"/>		<b>FAVOR</b>	<input checked="" type="checkbox"/>	<b>9 CDU, 7 PSD, 5 PS, 2 CHEGA, 1 CIMB</b>
	<b>NÃO APROVAR</b>		<b>UNANIMIDADE</b>	<input checked="" type="checkbox"/>	<b>CONTRA</b>	
	<b>RATIFICAR</b>		<b>MAIORIA</b>		<b>ABSTENÇÃO</b>	
	<b>RETIRAR DA OT</b>				<b>QUALIDADE</b>	
<p><b>DELIBERADO <u>APROVAR, POR UNANIMIDADE,</u> A PROPOSTA DE ADITAMENTO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE BENAVENTE NA CIMLT, NO ÂMBITO DOS PROCEDIMENTOS CONTRAORDENACIONAIS RODOVIÁRIOS, EM MATÉRIA DE ESTACIONAMENTO NAS VIAS E ESPAÇOS PÚBLICOS SOB JURISDIÇÃO MUNICIPAL, PARA ALÉM DOS DESTINADOS A PARQUES OU ZONAS DE ESTACIONAMENTO.</b></p> <p>Intervenção dos eleitos da Assembleia Municipal: Não houve.</p> <p>Por parte do Executivo Municipal, usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Benavente, Carlos António Pinto Coutinho.</p>						



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE**  
**Sessão Ordinária de fevereiro de 2023 - Mandato 2021 – 2025**  
**2ª Reunião de 06 de março de 2023**

**APROVAÇÃO EM MINUTA**

<b>APROVAR</b>	X		<b>FAVOR</b>	X	<b>9 CDU, 7 PSD, 5 PS, 2 CHEGA, 1 CIMB</b>
<b>NÃO APROVAR</b>		<b>UNANIMIDADE</b>	X	<b>CONTRA</b>	
<b>RATIFICAR</b>		<b>MAIORIA</b>		<b>ABSTENÇÃO</b>	
<b>RETIRAR DA OT</b>				<b>QUALIDADE</b>	

**Aprovada, por UNANIMIDADE, em MINUTA,** a deliberação, podendo a mesma adquirir a eficácia legalmente prevista, conforme o disposto nos artigos n.ºs 3 e 4, do art.º 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A presente minuta, depois de lida em voz alta, foi aprovada e vai ser devidamente assinada e as suas folhas, em número de cinco, rubricadas pelo Presidente da Assembleia Municipal, Mário Rui Filipe Santos, pela Primeira Secretária, Maria Gertrudes Borracha Oliveira Pardão, pelo Segundo Secretário, José Duarte Salgueiro, e por Maria Clara Casanova Parracho da Silva Lourenço, Coordenadora Técnica do Município de Benavente.

O Presidente da Mesa,

-Mário Rui Filipe Santos-

O Segundo Secretário,

-José Duarte Salgueiro-

A Primeira Secretária,

-Maria Gertrudes O-Borracha Pardão-

A Coordenadora Técnica,

-Maria Clara C. Parracho S. Lourenço-